

Ao seu gerente, Jorge Ilídio de Jesus Frias é fixada a residência em Corujeira, Ferreira de Aves, Sátão.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Rui Dias da Silva, com endereço na Rua de Serpa Pinto, 37, 1.º, esquerdo, 3510-112 Viseu.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 5 de Julho de 2006, às 14 horas, para a tomada de posse da comissão de credores e o dia 26 de Julho de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

8 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Albuquerque*. — A Oficial de Justiça, *Maria Alice de Jesus Sales*.

3000209999

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 693/05.2TYLSB-E.

Verificação ulterior de créditos/outros direitos (CIRE).

Autor — Progelcone — Comércio e Indústria, S. A.

Credores — credores da massa insolvente.

Dr.ª Elizabete Assunção, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber que, nos presentes autos supra-identificados, que correm por apenso aos autos de declaração de insolvência, por este juízo e Tribunal, em que é devedor Cinemas Millenium, S. A., pessoa colectiva n.º 500422583, com sede na Rua da Palmeira, 6, em Lisboa, correm éditos de 10 dias contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores da massa insolvente, para, no prazo de 20 dias, findos os dos éditos, contestarem, querendo, a presente acção (artigos 146.º e 148.º do CIRE e 783.º do CPC), e na qual pretende o autor que seja verificado o seu crédito no montante de 7357,77 euros, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição de quem o queira consultar, dentro das horas normais de expediente.

20 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Elizabete Assunção*. — A Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*. 3000209739

Anúncio

Processo n.º 968/03.5TYLSB.

Falência (requerida).

Requerente — Edite Filomena Alves.

Falida — Gpcii — Investimentos Imobiliários, L.ª

Dr. António Marcelo dos Reis, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber que, por sentença de 26 de Junho de 2006, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência de Gpcii — Investimentos Imobiliários, L.ª, número de identificação fiscal 504967223, com domicílio na Rua de Bernardo Santareno Carmo, 4, rés-do-chão, esquerdo, Serra das Minas, Rio de Mouro, Sintra, 0000-000, tendo sido fixado em 30 dias, contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea e), do CPEREF.

26 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *António Marcelo dos Reis*. — A Oficial de Justiça, *Paula Silva*. 3000209995

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 1242/05.8TYLSB.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Requerente — Instituto da Segurança Social — Centro Distrital de Lisboa.

Insolvente — Transarnaud Cargo — Transportes Rodoviários, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 6 de Junho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Transarnaud Cargo — Transportes Rodoviários, L.ª, número de identificação fiscal 500288372, com endereço na Avenida de 24 de Julho, 2, 2.º, direito, 0000-000 Lisboa, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor, Ricardo Henrique Fernandes, com endereço na Rua de São Paulo, 126, 5.º, esquerdo, 0000-000 Lisboa, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. António Taveira Pinto, com domicílio na Avenida de 5 de Outubro, 10, 2.º, 1050-056 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

É designado o dia 21 de Agosto de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

27 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Elizabete Assunção*. — A Oficial de Justiça, *Gina Estevinha*. 3000209899

Anúncio

Processo n.º 90/06.2TYLSB.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credora — Melisauto — Mercado Lisbonense de Automóveis, S. A. Insolvente — 6.ª Velocidade — Comércio de Automóveis, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Lisboa, 2.º juízo de Lisboa, no dia 14 de Junho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora 6.ª Velocidade — Comércio de Automóveis, L.ª, número de identificação fiscal 503754030, com endereço na Rua do Professor Joaquim Fontes, 30-B, Algueirão, Mem Martins, Sintra, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora, Assis Humberto Correia Carvalho Borrego, com endereço no Bairro Irene, 79, Alvide, 2750 Cascais, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Fernando Manuel Alves da Cruz Garcia, com domicílio na Rua de Palmira, 66, 1.º, letra E, 1170-289 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 29 de Agosto de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

23 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Elizabete Assunção*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Céu Silva*. 3000209994

Anúncio

Processo n.º 1173/03.6TYLSB.

Processo especial de recuperação de empresa (requerida).

Requerente — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Requerida — Panibel — Panificação Unida de Belém, S. A.

São notificados os credores da requerida Panibel — Panificação Unida de Belém, S. A., número de identificação fiscal 500210624, com domicílio na Travessa das Florindas, 15, 1.º, Lisboa, de que, por despacho, foi designado o dia 26 de Julho de 2006, pelas 10 horas, para a realização da assembleia de credores no edifício deste Tribunal, com estrita finalidade de deliberar sobre a alteração do plano apresentado, como preceitua o disposto nos artigos 106.º, n.º 2, e 107.º, n.º 1, do CPEREF.

Nos termos do artigo 107.º, n.º 2, do CPEREF — as deliberações da assembleia necessitam de ser aprovadas por credores com direito de voto, quer sejam credores comuns, quer sejam credores preferentes, que representem, pelo menos, dois terços do valor de todos os créditos aprovados, sendo o valor destes actualizado, conforme relação elaborada pela administração da empresa, com referência ao último dia do mês anterior à data da realização da assembleia.

Órgão de fiscalização, Dr. Leopoldo de Assunção Alves, com domicílio profissional na Avenida da República, 48, 1.º, esquerdo, 1050-195 Lisboa.

27 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Elizabete Assunção*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Céu Silva*. 3000210059

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 84/06.8TYVNG.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Norberto Morais Pereira.

Insolvente — Carioca & Gonçalves, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, 2.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 5 de Junho de 2006, às 16 horas e 41 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Carioca & Gonçalves, L.ª, número de identificação fiscal 500053618, Rua da Estamparia de Lavadores, 1306, Canidelo, 4400-401 Vila Nova de Gaia, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora, Vasco Artur Tavares Ventura, casado, nascido em 13 de Julho de 1948, freguesia de Aldoar, Porto, número de identificação fiscal 142855944, bilhete de identidade n.º 985081, Rua do Salgueiral, 219, 2.º, 4200-000 Porto, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administradora da insolvência é nomeada Maria Alcina Noronha Costa Fernandes, com escritório na Rua de São Nicolau, 42, 1.º, esquerdo, 4520-000 Santa Maria da Feira.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].